

Sarney acha que tem apoio dentro e fora da Constituinte



Sarney só fez o pronunciamento no dia 18, após verificar sua base política

Partidos não acreditam e até ironizam o pacto

Gerson Menezes

Defendido com insistência pelo presidente Sarney como solução para a crise, tentando sem sucesso pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o pacto social continua sendo uma idéia inatingível na visão das principais lideranças do Congresso, pelo menos na forma como vem sendo proposto. Há quem veja na Constituinte o verdadeiro pacto e quem acredite que ele é impossível porque o governo não teria o necessário respaldo popular para propô-lo. E há simplesmente os que ironizam, como o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que não resiste ao trocadilho: "Diante da situação nacional criada pelo governo da Nova República — diz ele — ninguém sabe o peso do pato, nem a cor e nem o seu tamanho. E ninguém sabe também quem vai matar o pato. Só sabe, certamente, quem vai comer".

Até mesmo um líder que costuma seguir fielmente as orientações do governo — José Lourenço, do PFL — confessou recentemente sua aversão ao pacto, argumentando que ninguém "consegue mais ouvir falar nisso". Lourenço dava a entender que, ao propor o pacto, o governo simplesmente cometia um erro de avaliação e método, pois a seu ver o que está se precisando é de uma política econômica definida e de um esquema de sustentação política igualmente definido. Nos últimos dias, porém, o líder pefelista parece haver mudado de idéia: segundo ele, o pacto é impossível "porque o PT não quer". Desde o início, segundo Lourenço, o governo insistiu, "mas o PT negou-se a participar".

José Genoíno, do PT, dá o troco no mesmo tom: "O pacto é impossível por causa do governo e das forças que o sustentam, que não se dispõem a atender as reivindicações mínimas dos trabalhadores". Segundo Genoíno, toda a história não passa de "enganação": "para governo e partidos que o sustentam", define o vice-líder petista, "pacto é o seguinte: concordem comigo". Sobre a possibilidade de o PT vir a dialogar com o governo, Genoíno observa que há uma diretriz aprovada pelo partido determinando que os únicos interlocutores aceitáveis são as forças progressistas e, neste sentido, seria totalmente inviável — frisa o parlamentar — qualquer entendimento com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que desde a semana passada vem tentando dialogar com lideranças de vários partidos. Genoíno enfatiza que, na visão do seu partido, o PFL representa unicamente o

conservadorismo e as posições mais retrógradas possíveis, e "muitas vezes é pior do que o PDS".

Já o líder do PCB, deputado Roberto Freire, que já foi contactado por Maciel para uma conversa, mas ainda não marcou data, está entre os que consideram que o pacto se encontra na Constituinte, embora com a ressalva de que a proposta de Sarney se refere ao "pacto conjuntural", que a seu ver "seria importante", mas distante na medida em que a crise avança. Dele, de qualquer modo, participarão todos os que "têm compromisso com a democracia". Freire considera que o entendimento buscado em passado recente pelo ministro Almir Pazzianotto não deu certo porque o método foi equivocado: "O acordo não pode ser feito entre patrões e empregados — enfatiza — mas sim pelas forças políticas, que passam, evidentemente, pelo empresariado e pelos trabalhadores".

No PC do B a opinião difere um pouco. Segundo o líder Haroldo Lima, quem está em posição antagônica às forças populares e democráticas é justamente o governo, daí a impossibilidade do pacto. Ele diz que houve condições de se concretizar a proposta na época do Plano Cruzado I, "mas o governo não apresentava propostas objetivas", e a única solução agora é estabelecer uma plataforma de unidade democrática com as "forças progressistas" para apresentar uma alternativa de governo em substituição ao presidente Sarney. Já o líder do PTB, Gastone Righi (SP), que não esconde seu apoio ao governo, acha que pacto é algo que se torna possível apenas em momentos históricos revolucionários ou "de grande comoção pública", como o que teria se verificado, segundo ele, com a morte de Tancredo Neves. A idéia parece menos inatingível apenas para o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique. Segundo ele, dá para fazer o pacto, mas antes é preciso "costurar a unidade do PMDB em torno de um programa econômico e social e depois levar isso aos outros partidos". O otimismo de Luiz Henrique em torno da unidade do PMDB, de qualquer modo, parece não convencer a todos. Ainda esta semana, o líder pefelista José Lourenço reclamava das divisões internas daquele partido, argumentando que a situação dificultava inclusive uma negociação em torno da Constituinte. E sintetizava o líder pefelista: "Quando quero negociar com o PMDB, não sei a quem me dirigir".



Amaral Netto faz trocadilho e substitui a palavra "pacto" por "pato"

Memélia Moreira

O levantamento feito pessoalmente pelo presidente da República sobre sua base política dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte, antecedeu ao pronunciamento feito no último 18 de maio. Só depois de ter certeza que contava com a maioria dos 559 constituintes, o presidente Sarney desencadeou a ofensiva defendendo seu mandato.

A base política do presidente da República engloba todo o partido da Frente Liberal, que conta com 118 deputados federais e mais 127 do PMDB sem contar com alguns parlamentares do Partido Liberal e do PTB, que espera apenas ser convocado para ocupar cargos importantes no segundo escalão para apoiar integralmente a tese dos cinco anos. São 17 deputados e na assessoria parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República ninguém duvida de que os 17 votarão de acordo com o que for proposto pelo presidente Sarney. E o partido também está disposto, inclusive a votar com o governo outras matérias que serão discutidas na Constituinte. O sinal verde para o PTB será dado após os debates internos do PMDB quanto ao mandato, informaram assessores da Presidência da República.

Dos 130 nomes do PMDB que apoiam os cinco anos para Sarney alguns são considerados a esquerda do partido. Os assessores da Presidência preferem manter sigilo sobre os nomes mas quem já par-

ticipou de reuniões para criar o bloco suprapartidário de apoio ao governo está automaticamente vinculado a este apoio. Entre os que participaram de encontros para o bloco suprapartidário — que inclui também o PCB — encontram-se os deputados Virgildácio Senna, Marcelo Cordeiro e Artur da Távola. Todos eles muito mais preocupados com a saúde institucional do que com a discussão sobre um ano a mais ou um ano a menos no mandato do presidente da República.

Além da base parlamentar, o presidente Sarney conta, desde o dia 18 de maio, com o apoio irrestrito dos governadores do Nordeste e mais Orestes Quêrcia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas, Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Alvaro Dias, do Paraná, e Henrique Santillo, de Goiás. Todos estes governadores já manifestaram ao presidente da República o apoio de suas bancadas.

O presidente Sarney conta com esta base e, embora líderes do PMDB venham afirmando que a reforma ministerial tenha se encerrado, o presidente da República fará uso dela a qualquer momento desde que tenha necessidade de ampliar a base política. Sarney tem absoluta certeza na vitória de sua tese de cinco anos na Assembléia Constituinte e, de acordo com o porta-voz Frota Neto, o presidente da República «jamais se lançaria numa aventura, anunciando publicamente seu desejo pelos cinco anos se não tivesse consciência do apoio parlamentar».

Criação do Maranhão do Sul gera polêmica

Rogério Cadengue

"A criação do Maranhão do Sul somente está interessando aos setores mais reacionários, aos latifundiários, ao banditismo e aos que desejam ver o Maranhão novamente numa época de violência e exploração dos trabalhadores rurais. Os que estão defendendo a divisão do Estado, são os mesmos que, perdendo as eleições e ficando fora do governo, desejam encontrar uma maneira de continuar no poder". A análise é do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA) acerca do projeto de divisão do Estado do Maranhão, criando o Maranhão do Sul, um novo estado que já nasce rico, a partir das cidades como Imperatriz, Açailândia e Balsas, região de gado, arroz e muitos latifúndios, onde somente Imperatriz recolhe, em média, 50 milhões de cruzados de ICM.

A criação do Maranhão do Sul, tem muitos lances que estão sendo jogados fora da vista da população. Existem interesses os mais diversos, nem sempre bem esclarecidos. Publicamente todos os moradores da região estão a favor do novo estado. Em conversas reservadas eles confessam não acreditar no projeto e enxergam mais objetivos carreiristas que interesses pelos destinos das 20 cidades que formarão o futuro Estado. Contra o Maranhão do Sul poucas pessoas se pronunciam. Como por exemplo, governador Eptácio Cafeteira, toda a bancada federal a exceção dos deputados Davi Alves Silva, do PDS e José Teixeira do PFL. Na corda bamba corre o senador Edison Lobão, que a nível de Imperatriz (onde vota e é co-proprietário da Rádio Imperatriz AM) defende a mudança, esquecendo qualquer referência em Brasília ou mesmo em São Luiz. Lobão, que pretende ser candidato ao Governo do Estado, sabe que qualquer vacilação, ou posição contra o Maranhão do Sul, pode resultar na perda dos votos do que é o segundo colégio eleitoral do Estado, com mais de 260 mil eleitores. O mesmo acontece com o deputado José Sarney Filho, o Zequinha, que também pretende ocupar o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado.

PT Contra UDR

Em Imperatriz, a maior cidade da Região, que em pouco mais de 20 anos transformou-se no polo de desenvolvimento da chamada "Porta do Amazonas", hoje com cerca de 400 mil habitantes, surgem as forças interessadas na criação do Maranhão do Sul. A frente de tudo está o deputado federal Davi Alves Silva, que tem por trás da sua atuação política o apoio de fazendeiros e proprietários da Região. Davi prestava serviços aos fazendeiros da Região, enveredando depois para o comércio imobiliário. Aos poucos foi adquirindo terrenos alguns até com acusação de grilagem, e o gosto pela política. Deputado estadual em 1982, criou uma verdadeira cidade, com a doação de 10 mil terrenos para que o mesmo número de famílias ali se instalasse. Ele é acusado de ter apoio de fazendeiros, e do ex-governador Luiz Rocha, um dos maiores plantadores de arroz, com imensas propriedades entre Balsas e Estreito.

Do esquema de Luiz Rocha também é o outro deputado federal do Maranhense, José Teixeira, do PFL. Esse também defende a criação do Estado. Todos têm muitos interesses na Região. Davi será, com toda a certeza, o prefeito de Imperatriz, no caso da não criação do Estado, enquanto Teixeira defende criação e pleiteia cadeira de senador. Davi ainda aposta que pode ser o outro senador, se não reunir as condições de candidatar-se ao Governo do novo estado. Quem pode estragar os planos é o próprio Edison Lobão, ou o empresário Ildom Marques, atual vice-prefeito e que foi candidato ao Governo na chapa de

João Castelo. A força deles pode ser medida pelos apoios que recebem. Desde as associações comerciais e industriais da região, até da UDR, fortemente representada entre os 62.019 estabelecimentos de criação pecuária e mais de 1 milhão de cabeças de gado bovino e os proprietários de mais de 300 mil hectares plantados de arroz, soja e milho, além da indústria madeireira, a que mais floresce, principalmente na cidade de Açailândia, desmembrada de Imperatriz e que já tem 100 mil habitantes.

Segundo os dirigentes do Partido dos Trabalhadores e a Igreja, a UDR apoiou os dois deputados federais e garantiu a eleição de pelo menos dois estaduais. O médico Petrônio Gonçalves e o irmão de Davi Alves Silva, Daniel Silva. O médico Petrônio contesta o apoio da UDR, mas diz que se trata de "uma sociedade aberta, com regimento estatuto e funcionando da mesma forma que os sindicatos rurais existentes na região". Os sindicalistas ligados à CUT, como os bancários e os gráficos, protestam contra as declarações de Petrônio e garantem que ele tem o apoio da UDR. O assunto vem rendendo polêmica nos jornais "O Progresso" que se edita diariamente em Imperatriz e "A Voz de Açailândia", um semanário da cidade do mesmo nome.

Os meios de comunicação, que tiveram grande influência na campanha de criação do Maranhão do Sul, refletem outra contradição. O sócio mais forte e conhecido do grupo que domina os meios de comunicação, tem se manifestado contra a idéia do novo Estado. Trata-se do presidente José Sarney, pai de Fernando Sarney, proprietário da Rádio Mirante FM, da TV-Imperatriz (filial da Globo) e Rádio Mirante AM, em fase de instalação. Na briga da comunicação ainda existem as retransmissoras das TVs em rede nacional, cada uma com escritório e até equipe própria e a perspectiva de um novo canal local doado ao deputado federal Onofre Correia, em troca do apoio do mesmo no episódio da votação da proposta de texto para a futura Constituição. Onofre é outro caso interessante no caso do Maranhão do Sul.

Foi o deputado do PMDB quem primeiro defendeu a divisão do Estado. Ligado politicamente a Sarney e, atualmente, a Cafeteira, viu sua posição ser assumida por Davi Alves. Contrariado, já que são além de adversários inimigos, Onofre se transformou na maior voz contra a divisão. Junta-se a ele o sub-chefe da Casa Civil do governador, o professor Paulo Rodrigues Alves, candidato derrotado a deputado estadual. Nas ruas o povo defende a transformação e acha ser a solução. Usam um argumento pelo menos interessante. O Sul do Maranhão nada tem com o atual estado do Maranhão. Nem mesmo são maranhenses, pois na formação dos 832.891 habitantes cadastrados na Região, somente 11 por cento nasceu no Estado.



Lobão quer evitar problemas